

## “MEMÓRIA PESSOAL” E “MEMÓRIA SOCIAL” NA MICRO-HISTÓRIA URBANA DE FORTALEZA-CE.

Gisafran Nazareno Mota Jucá

(Universidade Estadual do Ceará/UECE/Professor Titular do

Curso de História e Pós-Doutorado em História/UFRGS

gisafranjuca@uol.com.br)

### Resumo:

O presente trabalho objetiva analisar os conceitos básicos, que serviram de suporte teórico à compreensão da história urbana de Fortaleza, enfocada através das narrativas coletadas acerca do Seminário da Prainha, uma tradicional Instituição Educacional, que atendia diferentes espaços locais e regionais. “**Memória Pessoal**” e “**Memória Social**” constituem apenas alguns dos múltiplos conceitos, que revelam uma modalidade de ultrapassar as limitadas fronteiras de determinados marcos cronológicos. Memória e História se diferenciam, mas se complementam na busca de fontes reveladoras, que respondam a muitas das questões levantadas. Nessa perspectiva, aquelas rígidas fronteiras entre ambas foram rompidas, pois a maleabilidade da memória, que envolve o ontem e o hoje, alimenta a expectativa da compreensão do amanhã. **A Micro-História Urbana**, apoiada na história oral nos permite navegar a contento, no mar revolto de contraditórios conceitos, graças à reflexão subjetiva, que evoca a sensibilidade, permitindo divisar diversas paisagens urbanas, que pareciam pouco expressivas, na complexidade das rotas urbanas.

**Palavras-Chave:** Memória Pessoal, Memória Social, Micro-História Urbana.

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

À primeira vista, associar as duas expressões, “**Memória Pessoal**” e “**Memória Social**” a uma “**Micro-História**”, urbana, indicando uma relação entre o ontem e o hoje, o eu e eles, pode parecer um paradoxo. Tal proposição analítica se afigura mais ousada se a visualização dessa micro-história urbana for proposta através da análise histórica de uma tradicional instituição educacional, o Seminário da Prainha, instalado em 1864, em Fortaleza, sob a responsabilidade dos Padres Lazaristas, que permaneceram à frente desta instituição até 1963. É possível trabalhar com tais conceitos em momentos históricos tão distanciados no tempo?

O presente, passado e futuro, apesar de parecerem distanciados temporalmente, não se dissociam, pois nenhum deles existe sem a imbricação contínua entre o ontem e o

hoje, numa certa busca de um futuro incerto. Nessa perspectiva, as 51 entrevistas realizadas, durante o meu estágio de pós-doutorado, no período 2006-2007, envolvendo ex-Reitores, Bispos, Padres e Ex-Seminaristas não se limitaram a uma história imediata ou aos anos ali vividos pelos entrevistados.

A história do velho Seminário da Prainha, no Ceará, nos remete a uma trajetória de “longa duração”, do processo de “romanização” da Igreja Católica aos efeitos do Concílio Vaticano II, ou seja, dos anos sessenta do século XIX aos anos sessenta do século XX, da maldita “modernidade” à temida “pós-modernidade.”

Nessa dimensão temporal, como encaixar uma “**memória pessoal**”, que é também uma “**memória social**”, numa **micro-história urbana**? Embora o valor da narrativa deixe à margem a sacralização de indelévels conceitos, para aceitar tal desafio, que tem por opção metodológica a “**história oral**”, é imprescindível rever o uso de alguns desses consagrados conceitos, como o de “**memória coletiva**” e/ou “**memória social**” ou mesmo de “**história oral**” e “**oralidade**”, (MONTENEGRO,2008,p.187-208) na busca de indícios reveladores da potencialidade de uma micro-história urbana. É bom não esquecer que a “**memória pessoal**” não deve ser tomada como uma ousada opção metodológica em prol da chamada **Ego-História**, que não vingou onde foi criada e muito menos alhures. (CHAUNU,s,d.)

Pelas considerações apresentadas, não me causaria surpresa se a temática proposta, a princípio, tivesse sido rejeitada por um ou mais “Simpósios Temáticos,” deste Encontro Nacional de História Oral, a que encaminhei o resumo da presente comunicação.

Entretanto, “**Micro-História Urbana**”, “**Memória Social**” e “**Memória Pessoal**” constituem apenas alguns dos múltiplos conceitos, em que me apoiei, no decorrer do Estágio de Pós-Doutorado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, sob a valiosa supervisão da Professora Sandra Jatahy Pesavento, que me ensinou a aceitar o desafio de saber externar, nos trabalhos elaborados, as sensibilidades e os sentimentos como expressões de revelações recônditas do que parecia insignificante. (PESAVENTO, 2007, p.9-21 e SANTOS 2008, p.71-98).

Embora os depoimentos coletados se refiram aos anos sessenta do século vinte, quando os Padres Lazaristas, forçados pelas circunstâncias vividas, em vésperas do centenário da instituição, decidiram entregar a direção do Seminário da Prainha à

Arquidiocese de Fortaleza, os temas tratados, nos testemunhos apresentados, ultrapassaram os limites cronológicos estabelecidos. O ontem e o hoje, envoltos nas referências ao processo de **romanização** e na **sacralização** da instituição, nos fazem rever os limites de determinados conceitos utilizados na tentativa de recomposição do passado narrado.

Na realidade, estou retomando uma trilha, de há muito aberta, mas ainda não concluída por uma série de motivos. Refiro-me ao tema “história do velho Seminário da Prainha,” que, à primeira vista, pode parecer mais uma oportunidade de dizer o que já foi dito, ou seja, um conteúdo repetido sob o engodo de um novo título. Mas não é essa a questão. A continuidade desse tema, em uma nova abordagem, reafirma a sua importância e a não conclusão do que antes havia sido proposto.

Conforme salientamos, o Seminário da Prainha foi criado em 1864, entregue à guarda dos Padres Lazaristas, que ali permaneceram até 1963, quando da realização do Concílio Vaticano II. Foram dois momentos distantes, temporalmente, mas que constituem duas faces de uma mesma moeda, que revelam uma permanência de longa duração em espaços temporais distantes. Impossível ressuscitar o passado, mas a história de longa duração, apesar não está na moda acadêmica, ainda dá sinais de existência, como se constata na análise da temática escolhida.

Infelizmente, das 53 entrevistas realizadas, apenas metade delas foram autorizadas pelos entrevistados, o que nos faz ficar preso à beira do caminho idealizado. Embora possamos afirmar que grande parte dos entrevistados não tenha autorizado a liberação do conteúdo de suas entrevistas, em virtude dos seus compromissos diários, que fazem esquecer o prometido, com certeza algumas delas permanecem silentes, em virtude do peso do conteúdo exposto. Afinal, a memória ultrapassa as barreiras propostas ou impostas pela nossa racionalidade. O certo é que se o almejado não foi permitido, mas o conteúdo obtido extrapola as limitações que se afiguravam, revelando uma substancialidade histórica, não esperada.

Os depoimentos obtidos ultrapassaram os limites de simples memórias pessoais ou mesmo de uma “**Memória Coletiva**,” homogênea, pois nos remetem a uma dimensão bem mais ampla, onde o particular se entrelaça ao coletivo e o mundo cotidiano dos internos, à primeira vista protegido pelos muros que separavam o prédio

do Seminário do cotidiano urbano, rompe as barreiras estabelecidas em diferentes momentos de sua história.

Por outro lado, essa opção temática possibilita outra chance de narrar história urbana. Entretanto, os relatos pessoais nos remetem a uma encruzilhada de rotas e roteiros, associados a cada um dos depoentes, ligados aos espaços culturais diversificados, de onde vieram ou aonde retornaram.

Além dos residentes na própria cidade de Fortaleza, a maioria deles se prendia às redes urbanas do Crato, na região sul ou de Sobral, “a princesa do Norte” ou mesmo a pólos urbanos mais distantes, localizados em estados vizinhos, como Piauí e/ou Rio Grande do Norte, Paraíba. Assim, o fio da memória adentra num labirinto mais distante, conduzindo-nos inclusive a outros espaços, como Belém do Pará ou mesmo Belo Horizonte, onde residem alguns ex-reitores ou professores daquela instituição educacional.

Se as dimensões “identitárias”, pessoais ou culturais, são múltiplas, muitos são os conceitos que podem ser utilizados, para fundamentar a abordagem proposta. (DELGADO, 2006, p.33-44).

## EM BUSCA DE CONCEITOS COMPENSATÓRIOS

Na maioria dos textos trabalhados, sob a ótica da história oral, a “**Memória Coletiva**” tem sido cultuada como um precioso farol, a iluminar as veredas estreitas das experiências individuais, sempre relatadas numa **dimensão plural**, na busca de um **consenso coletivo**. Todavia, as recordações não podem fugir a um cenário social, pois nos revelam a riqueza das individualidades, também valiosas na montagem do completo xadrez de um cenário urbano.

Daí a necessidade de uma reavaliação dessa expressão tão significativa, para o momento histórico em que foi criada, mas nem sempre adequada para compreensão de outro tempo histórico, como o atual, enlatado nas diacronias do século XXI, o século de plurais contradições.

Se situarmos Halbwachs, (1990) em seu tempo, quando o culto das grandes individualidades ameaçava o coletivo, melhor entendemos as razões do emprego da expressão **memória coletiva**. Ela se tornara viável às análises de um tempo

histórico, quando o coletivo se sentia ameaçado de ser tragado pelo individualismo exacerbado, que colocava os líderes salvacionistas, acima das instituições consagradas pelas práticas democráticas.

Sem sombra de dúvidas, para uma melhor compreensão das contradições entre o ontem e o hoje e reconhecendo a fragilidade das instituições, que pareciam consolidadas, nesse mundo pós-moderno, nada mais cabível do que o emprego da expressão “**memória social**” do que a generalizante expressão “**memória coletiva**”.

E a “**pós-modernidade**” teria sido ela a responsável pela desestruturação de uma sólida fortaleza, o Seminário da Prainha, em 1963, quando os Padres Lazaristas abandonaram a direção dessa instituição, que havia sido instalado, em 1864, para combater a vã **modernidade**? É bem verdade que

“A história não se preocupa tanto com os números exatos do calendário. Muitos historiadores concordam no fato de que o século XIX terminou na verdade com a Primeira Guerra Mundial e o século 20 teve seu início em 1918. Se olharmos bem, aqui começa a mudança para uma nova época mundial após a modernidade: a “*pós-modernidade*”.

Ainda segundo esse autor,

O termo “pós-moderno”, como conceito epocal da história mundial, aparece por primeiro na crise cultural da Primeira Guerra Mundial, na esteira de Friedrich Nietzsche, o aguçado crítico da modernidade. (KÜNG, 1993, p.17).

Na mesma vereda da definição incompleta dessa “**pós-modernidade**,” Keith Jenkins reconhece que o pós-modernismo “não é um movimento unificado,” nem é uma tendência exclusiva da esquerda, do centro ou da direita, nem muito menos o resultado da “melancolia intelectual/parisiense pós 1968”. E o resultado da fragilidade das fundamentações propostas, é que o ceticismo e o niilismo “fornecem os pressupostos intelectuais dominantes e subjacentes do ‘nosso tempo’ (JENKINS, 2005, p.99).

O que nos interessa não é simplesmente fazer coro às contestações de reconhecimento dessa fragilidade teórica conceitual, mas reconhecer o sentido da crise vivenciada pelo Seminário da Prainha, que levou à saída dos Lazaristas da sua direção, pois não foi por acaso que ela ocorreu em 1963, nem muito menos como uma implosão institucional exclusiva de instituição educacional local. Nesse ano também já brotava

outro impacto contestador no seio da Igreja Católica, que iria alterar o dizer e o fazer, expressos nos sermões e nas práticas da ousada Igreja do Papa João XXIII.

Essa nova posição da Igreja Católica embora esteja hoje bem distante do arrobo contestador da opção pelos pobres, e que teve o seu primeiro contestador em João Paulo II, ainda é visualizada pela imprensa. Segundo o jornalista Reinaldo Azevedo, a Igreja Católica dorme como inimigo. Sua fé foi corrompida. Deixou de ser esposa de Cristo para concubina do esquerdismo bocó. (AZEVEDO,2009,p.92).

Numa época onde o esteio da narrativa se sobrepõe ao peso dos conceitos, ainda vale a pena recorrer a tais conceitos para uma melhor compreensão das contradições históricas observadas, estampadas no cotidiano do Seminário da Prainha, na Fortaleza dos anos sessenta? Afinal, O que diferencia “**a modernização**” da “**modernidade**” ou a **modernidade** da **pós-modernidade**? (GRAHAM,1973,p.31-58). Modernidade e Pós-Modernidade são dois conceitos muitas vezes entoados, mas poucas vezes definidos. E múltiplas são as definições de modernidade, que se diluem nas referências indicadoras da **modernização**. Por isso, é bom não esquecer que, no Nordeste, a modernidade é definida como uma combinação do desenvolvimento material com desigualdades sociais e regionais. Na visão de um cientista político,

O moderno e o tradicional (ou arcaico), sempre andam de mãos dadas, um absorvendo a seu modo estruturas, valores, práticas e simbologias do outro.

(DOMINGOS NETO, 2010,p.22)

A indicação do processo de modernização é viável, em diferentes períodos da história urbana nacional ou regional. Contudo, tentar encobrir a dupla face dessa modernidade, onde o velho e o novo se imbricam é proposição inócua.

Se a segunda metade do século XIX foi marcada pela euforia dos discursos modernizadores e pela adoção de novas práticas, que se imaginavam capazes de quebrar a rigidez das paisagens urbanas e das instituições consagradas, ao longo das tradições históricas cultuadas, por que a Igreja estabeleceu essa “outra Fortaleza”, como uma “tática” para enfrentar a ameaçadora modernidade?

E quando a “pós-modernidade” figurou como um possível arcabouço para explicar a complexidade das bruscas mudanças registradas? É incontestável reconhecer o sentido da instalação do Seminário como uma tática, uma frente de combate, contrária

à abominável modernidade, ou seja, a temida secularização de uma sociedade, que pretendia através da razão superar as alienações oriundas das credices da fé.

Entretanto, como Instituição Educacional, que superava as demais, a cargo de mestres leigos, não seria o Seminário da Prainha, mesmo com o lume da fé sobrepondo-se à razão, uma prática modernizadora? No nosso entender, o Seminário da Prainha foi uma fortaleza instalada para combater a modernização laica, que ameaçava a hegemonia da Madre Igreja, Católica, Apostólica, Romana. Desse modo, como instituição educacional, ela se afigurava como um canteiro de um saber sui generis, pois não havia instituição educacional, no Ceará, que a suplantasse.

E seguindo a trilha “de longa duração”, no curso da história, quando os Lazaristas entregaram a sua direção ao novo Arcebispo de Fortaleza, D. José de Medeiros Delgado, em 1963 e a turbulência na ordem interna estava sendo ameaçada por “seminaristas rebeldes”, que reivindicavam mudanças, não seria tal manifestação uma expressão da chamada “pós-modernidade,” que posteriormente eclodiria em diferentes espaços urbanos?

Melhor do que as definições, apresentadas em dicionários de História, de Ciências Sociais, de Ciência Política ou mesmo de Filosofia, é a observação sobre o contínuo confronto entre os discursos proferidos e as práticas vivenciadas, ao longo de diferentes momentos históricos.

A “**micro-história**” não constitui um antônimo de uma “**macro-história**”, pois as duas se entrelaçam nas teias das paisagens urbanas, em diferentes temporalidades. A primeira impressão que me foi transmitida a respeito dessa micro-história se me afigurava como uma brusca ruptura com a tradição marxista, ansiosa em revelar o encadeamento entre os diferentes espaços e agentes sociais. (LIMA,2006,p.245-259). Brusca foi a minha surpresa, ao consultar o italiano Giovanni Levi, ao perceber, o elo entre essas novas proposições analíticas e o legado da força da tradição marxista (LEVI,2000,p.7).

Nessa perspectiva, o que parecia distante aproximava-se, apesar dos limites naturais se configurarem sólidos. Refiro-me à contradição entre a tradição da impenhência medieval do velho casarão e o cenário mundano de uma Fortaleza em crescimento. É bom não esquecer que os que ali eram formados deveriam ser devolvidos aos turbulentos panoramas urbanos, modelados pela marca da temida “laicização”.

Era a idealizada transparência espiritual contrastando com aparência racional, na busca de salvação do que parecia ameaçado pela marca da pecaminosa ação humana. A espiritualidade contra a temida **modernidade**.

No dia em que “os internos da Prainha” iam partir para as almeçadas férias anuais, antes da saída, após o café da manhã, todos eram conduzidos à chamada “Capela do Menor”, onde entoavam o hino da despedida, pedindo a proteção da Mãe de Deus:

Ao te deixar, Virgem Maria, o teu auxílio imploramos. Vela por nós, teus caros filhos, em qualquer parte em que estejamos. Ide deixar meu santuário, ó filhos meus, ó filhos meus, adeus. Fiel estarei ao vosso lado, fiel ficai, também, ó filhos meus...

Os conceitos são múltiplos quaisquer que sejam os momentos a serem explicados. E se tal tarefa é atribuída a um profissional de história, como ele deve proceder se a escassez de conceitos, sempre foi uma definidora dos limites da história no campo do conhecimento científico?

Não almejamos retomar a polêmica discussão sobre o alcance e os limites da história, na sua aproximação com a literatura. (WHITE, 2001, p.97-116). Afinal, se os conceitos de outras áreas das Ciências Sociais nos são reveladores, por que insistimos em estabelecer limites, aos nossos alunos, entre o que se diz e o que se faz, nas práticas acadêmicas da nossa produção historiográfica? Nessa perspectiva, **interdisciplinaridade** é um sinônimo de “**transdisciplinaridade**” ou não é preciso visualizar tais limites? (DOSSE, 2003, p.403 para Dosse, a transdisciplinaridade é baseada no “...diálogo tripartite entre ciências da natureza, filosofia e ciências humanas”. E Ele complementa tal definição com o depoimento de Isabelle Stengers:)

A transdisciplina é a busca de um tipo de aliança em que se utiliza a outra para apreendê-la em seu tema, para melhor compreender o sentido do que se faz reconhecendo a escolha do que se precede. (DOSSE, 2003, p.403)

Felizmente, no campo da “história oral”, a viabilidade dessa troca de experiências entre as diferentes áreas das chamadas ciências humanas é uma experiência atestada. (ALBERTI, 2004). Na realidade, se as práticas metodológicas se aproximam e se alternam, em análises antropológicas ou históricas, na própria seara histórica as convergências nem sempre superam as divergências conceituais.

Se a **Memória Social**, mesmo não anulando a validade do emprego da expressão **Memória Coletiva**, nos facilita entender o confronto entre diferentes percepções da

realidade estudada, a defesa de uma “**transcrição**” não desmerece outras práticas metodológicas, relativas “*aos usos dos relatos orais de memória.*” Como indicação de duas modalidades diferenciadas de trabalhar com a História Oral, vide BOM MEIHY (2007) e MONTENEGRO (2010).

### CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS, MAS NÃO EXCLUSIVAS:

É imprescindível não esquecer a necessidade de conceitos, que nos façam refletir e não apenas flutuar no mar revolto das diversas tendências interpretativas da **pós-modernidade à transdisciplinaridade**. Esses múltiplos reviramentos, mais teóricos do que metodológicos, muitas vezes deixam o leitor menos experiente cada vez mais perdido.

Assim, no momento em que a **narrativa** cada vez mais se consagra, os fundamentos teóricos não deixam de ser cobrados e aí muitos autores, especialmente os neófitos, almejam lançar-se nas rotas das **sensibilidades**, muitas vezes barradas ou manchadas pelas citações constantes e contínuas, que apagam os autores que as empregam. E o que era para ser mais produtivo não deixa de demonstrar ser muito mais reprodutivo, ou melhor, repetitivo, o que faz fenecer uma nova interpretação.

O recomendável é sempre manter os pés no chão, ou seja, explicar o exposto, com as próprias palavras, sem quebrar a cadência de uma narrativa reflexiva. (PESAVENTO e LANGUE, 2007,p.9-21). Quando bem empregada, ela serve de estímulo e apoio à criatividade interpretativa, valiosa aos que ainda buscam na história algo mais do que a simples narração sobre temáticas, enjauladas na ladainha dos conceitos ao mais das vezes mais repetidos do que escolhidos. È preciso cautela ante à ordem do dia, atualmente a cultural, para enfeitar o bolo preparado na forma estreita dos padrões acadêmicos recomendados pelo “**tempo presente**”.

Não se trata de uma negativa dessa decantada história cultural. Pelo contrário, graças a ela é que conseguimos ir além da venerada racionalidade, deixando brotar as sensibilidades, reveladoras de uma interpretação mais espontânea, sem fugir dos parâmetros acadêmicos.

Apoiando-nos em tais conceitos, visualizamos a possibilidade de apresentar uma narrativa, embasada numa memória social, acerca de “uma outra Fortaleza: o Seminário

da Prainha”. A temática explorada, com o apoio da memória social, demonstra uma experiência histórica de longa duração, iniciada quando da sua instalação, em 1864, sob a direção dos Padres Lazaristas,” que nela permaneceram até 1962.

Os filhos de São Vicente de Paula, que para o Brasil vieram com D. João VI, instalaram na Serra do Caraça, em Minas Gerais, um Seminário. Por sinal a primeira Fortaleza contra a modernidade, racionalidade ou depravação do clero brasileiro, composto, além dos celibatários coerentes, por aqueles que não se envergonhavam de possuir suas amadas e os seus filhos. Os lazaristas foram batalhadores ferrenhos na defesa da fé contra o temor da racionalidade, tão bem expressa como modernidade.

A **memória coletiva** constitui uma categoria analítica consagrada na historiografia contemporânea, justa e cabível no auge do personalismo europeu do pré-guerra. Contudo, no nosso entender, transportá-la para além da pós-modernidade, quando o coletivo cada vez mais se tritura ante o rolo compressor das individualidades, nem sempre responde ao peso das constantes indagações, que se antepõem aos diferentes olhares históricos. **Memória Social** melhor traduz a banalidade das contradições hodiernas, visualizadas nas diferentes dimensões do cotidiano. A memória social analisada nem sempre coincide com os fatos registrados, pois é deveras criativa, portanto, burilada pela força da subjetividade, da memória pessoal, que se faz presente na memória social. (FENTRESS & WICKHAN, s.d.)

Embora o livro que me fez repensar esse conceito de memória coletiva, por sinal uma demonstração da **transdisciplinaridade**, ao longo de seus capítulos, não apresente uma definição concreta de **Memória social**, ele a demonstra nas diferentes análises apresentadas, no decorrer da obra.

A premissa básica dessa obra é como se fosse o anverso da **memória coletiva**, embora não seja esse o ponto central da sua estruturação. Assim, por trás das manifestações envoltas no social, ou nelas inseridas, expressas pela memória, nos acontecimentos narrados, nas emoções expressas e nas imagens apresentadas, fulgura o peso do depoente. Através do coletivo, o personagem principal é o individual, que não se dissocia das experiências coletivas. (ELIAS, 2001, p.110). A presença do depoente é considerada como “o pano de fundo” da temática revelada. (FENTRESS & WICKHAM, s.d., p.242). O vivido pelo indivíduo é partilhável com os outros, que nos cercam. Nessa perspectiva, no campo histórico, não é a teoria que deve ser priorizada,

pois ela só se revela como válida quando introduzida em um determinado contexto, o real palco histórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Máximas de um país mínimo**. 2ª. Rio de Janeiro: Record, 2009,p.92.
- BOM MEIHY, Carlos Sebe e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- CASTELO BRANCO, Edmar Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alves do e PINHEIRO, ÁUREA Paz, (Orgs.) **Histórias: cultura, sociedade, cidades**. Recife, Bagaço,2005.
- CHAUNU,Pierre; DUBY, Georges; LE GOFF, J.; NORA, Pierre (et al.) **Ensaio de Ego-História**. Lisboa/ Rio de Janeiro: Edições 70, s.d.
- DELGADO, Lucília de Almeida. **História Oral: narrativas, tempo, identidades \_ História oral: memória, tempo, e identidades**. Belo Horizonte:autêntica, 2006.
- DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010.
- DOSSE, François. **O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Cris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editorial Teorema, s.d.
- GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo:Vértice Editora, Revista dos Tribunais,1990.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Seminário da Prainha: limites e possibilidades da “Ego-História”, como opção metodológica in **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica, n.25-2,2007/Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de

Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2008, p.293-321.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial:** uma moral ecumênica em vista as sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana:** escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo, Contexto, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Sensibilidades: escrita e leituras da alma in PESAVENTO, S.J. e LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.9-21.

REVEL, Jacques, A história ao Rés-do-Chão in LEVI, Geovanni. **A Herança e material:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37.

SANTOS, Nádía Maria Weber. História, subjetividade e cultura em leituras sensíveis do Eu: um exemplo nas escritas ordinárias de hospício, in PESAVENTO, Sandra Jathay, et al. **Narrativas, imagens e práticas sociais:** percursos em história cultural.Porto Alegre: Asterisco,2008 p.71-98.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001,p.97-116.

